

As narrativas em torno do “precioso líquido”: água, seca e poder no Ceará e em Santiago del Estero nos anos de 1930

Leda Agnes Simões de Melo¹

Resumo: Este artigo visa analisar como foram construídos historicamente certos discursos em torno da questão da água no Ceará (estado pertencente ao Nordeste do Brasil) e em Santiago del Estero (província localizada no Noroeste da Argentina). A ideia central é refletir como em meio as secas de 1932, no semiárido cearense, e de 1937, na província santiagueña, se propagaram narrativas em torno da água nos periódicos de âmbito local *A Ordem*, de Sobral, no Ceará, e *La Hora*, de Santiago del Estero. Nesse sentido, partimos da premissa de que as linguagens utilizadas para tratar do tema da água são também fundamentais para o entendimento de reflexões muito mais amplas, que fazem parte das próprias disputas políticas existentes nesses territórios. Assim, esta análise considera os discursos como representações do mundo social para que se possa, a partir da centralidade da narrativa, desnaturalizar certas visões que impuseram à natureza semiárida e ao clima a culpabilidade pela desigualdade social existente nessas regiões.

Palavras-chave: água, narrativa, semiáridos

The narratives surrounding “the precious liquid”: water, drought, and power in Ceará and Santiago del Estero in the 1930s

Abstract: This article aims to analyze the historical creation of certain speeches around the water issue in Ceará (state in the Northeast of Brazil) and in Santiago del Estero (province located in the Northwest of Argentina). Our main goal was establish a reflection on the drought in the semi-arid region of Ceará, in 1932, and the drought in Santiago del Estero, in 1937 and how both events have raised particular narratives on the water issue that were spread in some local newspapers *A Ordem*, from Sobral, Ceará, and *La Hora*, from Santiago del Estero. Thus, we assume that the languages used around the water issue are key elements to understand a larger social problem, which is the political disputes existing in these territories. Hence, this research considers these narratives and language as a representation of the social body. From its singular point of view, theses speeches could soften pre-established ideas that the semi-arid climate is responsible for the social disparities existing in these regions.

Keywords: water, narrative, semi-arid

Artigo recebido em: 20/09/2023

Artigo aprovado em: 21/10/2023

¹ Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS-UERJ/FFP). E-mail: ledagnes@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6247-5584>

Introdução

Traga-me um copo d'água, tenho sede
E essa sede pode me matar [...]
A planta pede chuva quando quer brotar
O céu logo escurece quando vai chover [...]
Traga-me um copo d'água, tenho sede.

(Dominginhos / Anastácia Ferreira, Tenho Sede, 1976)

O estado do Ceará pertence ao Nordeste brasileiro e contém áreas semiáridas em sua composição geográfica, cujas trajetórias possuem a seca como parte constitutiva. A província de Santiago del Estero faz parte do Noroeste da Argentina (NOA), e parte dela é composta pelo chaco semiárido, região em que a seca também faz parte da natureza local. Em ambos os territórios, a água delinea diversas narrativas, discursos, relações de poder e de mando. Ela é evocada com fator de desenvolvimento, em contraposição à seca vista como atraso. Está na ordem do dia, na palavra cotidiana, do pequeno ao grande produtor. A sua possível ausência, ao longo da história de Santiago del Estero e do Ceará, não só se tornou um problema central como também foi um elemento da vida cotidiana, convertendo-se em parte do imaginário e da representação do espaço geográfico de NOA e do Nordeste brasileiro, mesmo que isso tenha se dado cada um ao seu modo, dentro das suas realidades e particularidades locais.

Propomos pensar o discurso em torno da água por entendermos que a natureza também é uma representação simbólica, sobretudo em regiões como Ceará e Santiago del Estero. Isso não significa dizer que tudo passa pela ordem da linguagem, mas em regiões em que recaem sobre a natureza os males sociais existentes, certas narrativas são fundamentais para que possamos entender o fundo histórico desse tipo de concepção.

Da mesma maneira que Durval Muniz de Albuquerque Júnior, entendemos que o espaço não pode ser visto como mero cenário, “um ingrediente passivo na construção da história” (2008, p.4). A região e o espaço devem ser pensados como acontecimentos históricos, isto é, o relevo, a natureza, a altitude, temperaturas, rios, regime dos ventos, chuvas, devem ser também analisados historicamente. A região, neste trabalho, não é tomada como se fosse uma unidade territorial, uma organização espacial quase natural. Tal como Albuquerque Júnior (2008) nos convida, analisaremos o Ceará e Santiago del Estero não apenas como espaços vividos, mas

sim concebidos no campo do imaginário, ou mesmo do simbólico. Para o autor, “se a região nasce de uma dada experiência, de uma certa vivência de um dado espaço”, como havia proposto Gilberto Freyre, em realidade essa experiência só é social “se articulada, expressa, relatada na e pela linguagem.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p.7-8). Assim, ela é reproduzida e vivenciada nas interações simbólicas, ou seja, “no plano do sentido e do significado.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p.8). Por isso, consideramos entender as imagens em torno da água no Ceará e em Santiago del Estero desnaturalizando o regional, questionando as convicções e concepções que foram criadas sobre os semiáridos *santiagueños* e cearenses.

Nesse mesmo sentido, a natureza é entendida como “um princípio essencial e uma categoria fundacional, um fundamento para o ser e a sociedade”, ainda mais “a natureza é sempre construída por nossos processos discursivos e de atribuição significados, de forma que aquilo que percebemos como natural é também cultural e social; dito de outro modo, a natureza é simultaneamente real, coletiva e discursiva” (ESCOBAR, 2005, p.19).

Assim, podemos ressignificar o lugar da água para uma dada sociedade e compreendê-la como “fluxo, movimento e circulação” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 120). Dessa forma, ela “não pode ser tratada de modo isolado, como a racionalidade instrumental”, mas deve “ser pensada como território, isto é, como inscrição da sociedade na natureza com todas as suas contradições implicadas no processo de apropriação da natureza pelos homens e mulheres por meio das relações sociais e de poder.” (PORTO- GONÇALVES, 2005, p.120-121). Indo além, tal como analisa Porto-Gonçalves, devemos ponderar que o ser vivo não só se relaciona com a água, como ele é água².

Ao considerarmos a água como território e como parte constitutiva do ser humano, é que partimos de como a problemática em torno deste elemento da natureza foi descrita nas secas de 1932, no Ceará, e de 1937, em Santiago del Estero. A ideia é refletir como os periódicos locais *A Ordem*, de Sobral, no Ceará, e *La Hora*, de Santiago del Estero³, narraram essa questão.

²Este artigo é dedicado ao professor Carlos Walter Porto-Gonçalves que fez sua passagem no mês de setembro de 2023. Seu legado como investigador que se dedicou às lutas dos povos latino-americanos pelos seus territórios é incontestável e deve ser recordada sempre que possível. “A brindar por el aguante”, mestre.

³ Em outra ocasião também mencionamos o lugar de ambos os periódicos em meio às secas do Ceará e de Santiago del Estero. Para isso ver: MELO, Leda Agnes Simões de. O nacional e regional no Brasil e na Argentina dos anos 1930: Os discursos em torno das secas dos semiáridos do Ceará e de Santiago del Estero. In: SILVA, Ana Paula

O intuito é mostrar como, por meio do discurso em torno da água, é possível perceber as demandas políticas, sociais, econômicas e simbólicas, que estão por trás da linguagem utilizada para se falar do tema. Logo, por meio da narrativa do que se convencionou, principalmente na Argentina, a chamar da obtenção do “precioso líquido”, é possível entender a rede de poder encarnada no território que perpassava o Brasil e a Argentina dos anos 1930. Nesse sentido, o discurso não está fora da materialidade, ele é parte constitutiva das relações de poder e é formador de uma dada região.

Vale destacar que não faremos, neste artigo, um estudo sobre a história dos jornais e de suas trajetórias, mas refletiremos a linguagem utilizada pela imprensa em meio a uma seca. Partimos da compreensão de que as narrativas de *A Ordem* e *La Hora* fazem parte do entendimento de que as sociedades brasileiras e argentinas tinham, à época, sobre a natureza semiárida. No entanto, compreendemos o lugar da imprensa como fonte de informação. Ainda mais, como explica José D’Assunção Barros, “podemos entender os jornais como poderosos instrumentos que são utilizados por forças diversas para agir sobre a história” (BARROS, 2023, p.12). Logo, eles não são passivos e neutros, interferindo diretamente na história e produzindo “opiniões, discursos, análises da realidade que são geradas na sociedade envolvente e que a ela retornam” (BARROS, 2023, p. 12). Os periódicos podem revelar interesses que a classe dirigente deseja ocultar, como também podem silenciar informações, ou seja, “a um só tempo, os jornais retratam e elaboram as representações da realidade, e já modificam e interagem sobre esta mesma realidade.” (BARROS, 2023, p. 13).

O nosso objetivo é trazer para esta análise, que se faz em torno dos discursos sobre água nas regiões secas do Brasil e da Argentina, aquilo que José D’Assunção Barros propõe como princípio básico a todos os historiadores: caminhar entre os indícios das ações humanas, percorrer entre os resíduos, enxergar os vestígios, transcorrer as “evidências deixadas no presente pelo passado examinado.” (BARROS, 2023, p.15). Por conseguinte, trata-se de entender a raiz dos estereótipos criados em torno da sua natureza semiárida. Portanto, é refletir

Barcelos da; TERRA, Paulo Cruz; PEREIRA, Ana Carolina Huguenin. (Org.). *Narrativas de formação da nacionalidade. Nação, identidade e memória no Brasil e na Ibero-América (do século XIX ao XX)*. 1ed. Rio de Janeiro: Maud X, 2020, p. 99-152.

que a escrita, o discurso e a linguagem formaram muitas das imagens que concebemos, algumas ainda atualmente, sobre os semiáridos cearenses e *santiagoños*.

Um breve caminhar sobre a natureza semiárida: repensar a água como território

De acordo com Emilio Pontes, “o semiárido relaciona-se ao clima das regiões com pluviosidades médias anuais entre 250 e 800 mm (...) São biomas típicos do semiárido as estepes asiáticas, o *outback* australiano, o bosque *chaqueño* argentino e a caatinga nordestina” (2014, p.63). Além disso, Pontes mostra que no caso do Nordeste brasileiro, “a caatinga tem distribuição geográfica restrita ao Brasil (...) Etimologicamente significa ‘mata branca’ pois a vegetação fica com esse aspecto durante o período seco, perdendo as folhas para minorar os efeitos da evapotranspiração (...) Floristicamente tem espécies comuns ou semelhantes encontradas no chaco argentino.” (PONTES, 2014, p.71). Assim encontramos os caminhos que cruzam o chaco da Argentina, onde se encontram parte de Santiago del Estero e a caatinga nordestina, localizada nos sertões do Ceará.

Santiago del Estero tem sua singularidade entre as cidades argentinas por ter um papel fundador no Noroeste durante o primeiro século e meio de sua existência (Tasso, 1984, p.8), porém perdeu seu poder político depois do crescimento de Córdoba e de Buenos Aires. Para Alberto Tasso (1984, p.12), posteriormente à economia pastoril vieram os ciclos efêmeros do açúcar e da ferrovia, e é nesse momento que chega um tipo de organização comunal mais preocupada com o progresso, impulsionado pelos objetivos de se ligar à Europa. Em meados do século XIX, Santiago del Estero estava consideravelmente povoada e misturava o urbano e o rural, o que, para Tasso (1984, p.13), é uma simbiose particularmente *santiagoña*. Ainda no começo do século XX, a província tinha como característica uma vida patriarcal e tradicionalista.

A província de Santiago é caracterizada por um clima árido e semiárido, como explica Mercedes Vargas (2019). Seu território se encontra atravessado por dois importantes rios que cruzam sua extensão territorial de noroeste a sudeste: Dulce e Salado. Segundo a autora, o primeiro nasce na província limítrofe de Salta sob o nome de Tala, atravessando a província de

Tucumán com o nome de Rio Salí, passando diagonalmente por Santiago del Estero e desembocando em Córdoba com o nome de Petri (VARGAS, 2019, p. 148). Para Vargas (2019, p. 148), são esses trajetos que dificultam, ao longo de diversos momentos da história da província, o uso e o aproveitamento do recurso natural para a vida local, majoritariamente rural.

As temperaturas *santiagueñas* durante o verão são altas e no inverno são suaves. (ZIRINO, 2008, p.2). Existem precipitações anuais de 450 mm, no período chuvoso, e somente 50mm caem durante o período seco, entre maio e setembro, sendo praticamente nulas as precipitações nos meses de junho, julho e agosto. As primeiras geadas são registradas, em geral, no final de maio (ZIRINO, 2008, p.2). O bosque *santiagueño* se encontra formada por uma ampla gama de arbustos, árvores e cactos (ZIRINO, 2008, p. 12).

Mercedes Vargas (2019) explica, ainda, que no final do século XIX e até meados do século XX, “mais de 60% da população *santiagueña* representava características rurais, carentes em sua maioria de serviços públicos básicos”. De acordo com Vargas (2019, p.148), a produção da província girava em torno, principalmente, do algodão, do açúcar e do gado, e havia ainda populações dedicadas à caça e à pesca.

Já o semiárido do Nordeste brasileiro, de acordo com Aziz Nacib Ab’Sáber (1999), tem fatores que marcam a sua originalidade por estarem mais próximos ao Equador que dos trópicos. No entanto, “o clima continua sendo tropical, com duas estações bem-marcadas: uma muito seca, outra moderadamente chuvosa.” (AB’SÁBER, 1999, p. 13). Segundo o autor, ocorrem anos muito secos e eventuais períodos de chuvas intensas, com inundações catastróficas. “Por outro lado, o Nordeste seco comporta-se como uma região subdesértica paradoxal, já que é extensivamente servido por redes hidrográficas hierarquizadas, com drenagem aberta para o mar.” (AB’SÁBER, 1999, p. 13).

Ab’Sáber explica que os rios da região “saem das bordas das chapadas ou dos castelos d’água de velhos maciços em abóbada (Borborema), percorrem as extensas depressões interplanáticas, quentes e secas, e acabam chegando diretamente ao mar ou engrossando as águas do São Francisco ou do Parnaíba.” (1999, p. 13). O problema maior para a população que vive nessas áreas, como as dos semiáridos do Ceará, é que o funcionamento hidrológico dos rios que correm em seus limites, segundo o autor, dependem das chuvas e das estações secas, “o que torna seus cursos d’água intermitentes e sazonais. Das cabeceiras até as proximidades

do mar, os rios autóctones do domínio semi-árido nordestino permanecem secos por cinco a sete meses do ano.” (AB’SÁBER, 1999, p. 13). Nas áreas secas, houve o predomínio da pecuária extensiva de bovinos, caprinos e ovinos, da cultura de xerófilas e de algodão arbóreo; com uma agricultura de vazantes com a mandioca, a macaxeira, o milho, a cebola, o alho, dentre outros produtos. (ANDRADE, 1977, p.128).

Percebe-se, sumariamente, que o Ceará e Santiago del Estero eram marcadamente rurais na década 1930 e, por conseguinte, suas populações tinham vínculos intrínsecos com a natureza, substrato não só econômico de suas vidas, mas também simbólico e parte fundamental das relações de poder. A partir disso, podemos pensar numa perspectiva que problematiza o debate moral em relação à natureza. Isso porque muito do que se refletiu, ou se escreveu sobre os semiáridos, esteve vinculado a um paradoxo comum de se pensar a natureza por meio dos valores ligados aos seres humanos, especificamente no que Daniel Lourenço se refere como dignidade humana, pois isso pode excluir o que não é humano “dado que somente o homem participaria da dimensão da subjetividade e, por consequência da comunidade moral.” (2019, p. 24)

Com isso, desejamos refletir a natureza semiárida e, logo, a água, dentro das relações entre natureza e cultura, o que nos faz pensar, conforme os dizeres de Belén Romero Caballero (2015, p.2), que existe um mundo de representações que se constituem como um prolongamento das ordenações ideológico-políticas que as produzem.

Falar das narrativas em torno da água pressupõe, neste trabalho, lidar com o exercício político de significar e, portanto, de produzir conhecimento (ROMERO CABALLERO, 2015, p.2) em torno de uma natureza, nesse caso, compreendida como “difícil” e relacionada a um “problema” a ser combatido. Para entender o semiárido por outro aspecto, de modo relacional entre ser humano e meio ambiente, é necessário efetuar uma dupla operação: primeiramente a “desfamiliarização” dos ditos estereótipos, no caso desta análise, ligados à seca, para então criar uma nova “familiaridade com a vida” (ROMERO CABALLERO, 2015, p.2).

Pensar nas metáforas em torno da natureza é analisar também o domínio e a exploração desses territórios dentro do que concebemos como território-água. É ainda considerar que houve uma concepção de natureza relacionada a um projeto moderno/colonial, determinando-a como um recurso limitado por ser explorado, o que produziu uma visão de superioridade do ser

humano sobre ela. Isso gerou, por sua vez, a dicotomia cultura/natureza, amparada, entre outros aspectos, pela ideia de uma natureza a serviço das necessidades do desenvolvimento do capitalismo (ALBÁN e ROSERO MORALES, 2016, p.32).

Em uma região semiárida, evidente essa questão se torna ainda mais, já que a geografia podia ser vista como impeditivo do progresso dessas áreas. Daí os estereótipos e, por vezes, as visões simplistas sobre a região, que pouco abarcavam as relações de poder, e quando o faziam, ainda assim creditavam a natureza às desigualdades sociais existentes. Essas noções reproduzidas por diversas narrativas sobre o Ceará e Santiago del Estero, que veremos aqui com o exemplo dos discursos em torno da água, acabaram por reforçar uma “dominação política e social que se expressa de maneira territorial.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.106).

A palavra encharcada de água

O que de água a gente se encharcasse,
a palavra se encharcava de água (...)
Conforme a gente recebesse formatos da natureza,
as palavras incorporavam as formas da natureza.
(Manoel de Barros, Memórias Inventadas, 2018, p.63)

Como dito, esta reflexão parte do pressuposto de que existe uma construção de sentido do discurso e, nesse aspecto, o retorno à narrativa se faz fundamental para refletirmos como existe certa invenção de uma dada região, certa estética e certa criação de espaços.

Para o entendermos o lugar da relação da água na vida do Ceará e de Santiago del Estero, propomos pensar a centralidade de um certo tipo de linguagem que aqui, apesar de estar vinculada ao período de uma seca específica, se estende para além de um contexto de crise climática. A desigualdade social existente nas áreas rurais do Ceará e de Santiago del Estero, principalmente em meio às secas da década de 1930, esteve, em grande medida, e em boa parte dos discursos sobre essas regiões, atrelada à natureza semiárida, vinculada a uma visão determinista. Nesse sentido, somos levados a nos questionar como isso foi construído historicamente.

É fundamental considerar que no Ceará e em Santiago del Estero a água se faz “sujeito”, tem corporificação, faz parte do sentimento, do sentido da vida dessas populações. Refletir como se criou um discurso em torno deste elemento da natureza é também “rastrear o momento

desta invenção, os interesses que estavam na raiz” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p.26) dessa visão.

É importante salientar que entendemos a seca, tanto no Brasil como na Argentina, sob a mesma ótica proposta por Frederico de Castro Neves (2001) para a seca de 1932. Segundo o autor, “mais do que uma irregularidade pluviométrica, a seca pôde ser percebida, a partir de então, como um fenômeno social inserido nas redes de relacionamentos políticos e socioeconômicos, em que as condições de pobreza de uma parcela significativa da população que habita o semi-árido são gravemente acentuadas em momentos de crise.” (NEVES, 2001, p.108-109). Neves trata da seca no Ceará, mas acreditamos que a mesma definição pode ser relacionada ao caso *santiagoueño* e as tramas existentes em torno da água e da população local em 1937.

Nesse sentido, para este artigo, utilizamos também a definição estabelecida por Mike Davis sobre a chamada seca hidrológica, ou seja, aquela em que sistemas naturais, curso de água, lagos etc., e os artificiais, reservatórios, poços, canais, “de armazenamento de água deixam de oferecer fornecimento acessível para salvar as colheitas.” No entanto, o autor deixa evidente que a oferta local de água “muitas vezes independe do clima local.” Logo, “a seca hidrológica sempre tem uma história social.” (DAVIS, 2022, p.18).

Assim, o ponto de partida desta análise são as notícias vinculadas à seca de 1937 em Santiago del Estero no periódico *La Hora*. José Castiglione (1983, p.32-36), ao analisar a constituição do periodismo *santiagoueño*, ressalta que o que ocorria em locais menores, como o interior, onde todos se conheciam, não era igual aos grandes centros urbanos no que diz respeito à recepção das notícias. Cada diário tinha seus leitores, era escrito para seus simpatizantes e correligionários, para não perder o seu público ou para mantê-lo. Por isso, havia várias formas de convencer o público e julgar os sucessos políticos, sociais e culturais que estavam ligados às questões políticas da região.

La Hora passou a circular no ano de 1927, seu fundador foi Locadio R. Tissera. Depois de sua morte, seus filhos, José Edmundo e José Augustín Tissera, mantiveram o jornal, que circulou até março de 1977. De acordo com Ernesto Picco, os jornais *El Liberal*, fundado em 1888, e o vespertino *La Hora*, de 1927, foram os que gozaram de vida mais longa. O periódico se tornou o segundo de maior circulação, sendo o primeiro *El Liberal*, que vigora até os dias

atuais (Picco, 2012, p.16). De acordo com Marcela Arce (2018), no ano de 1930 a direção do diário passou para o Dr. Vítor Alcorta, que foi deputado do *Partido Radical Unificado* (PRU), apresentando-se como “*Diario independiente de la mañana*”. Em 1935, descreve-se como “*Diario independiente de la noche*”, afirmando ser a tribuna dos direitos do povo, desvinculando-se assim da *Unión Cívica Personalista*, como explica Arce.

O fundamental é perceber, como alerta Ernesto Picco (2012), que ao analisarmos os periódicos *santiagoueños*, devemos colocá-los na condição de empresas, de ferramentas e espaços importantes da política. Por isso, é fundamental ponderar sobre quais temas eles debateram e quais preferiram silenciar (PICCO, 2012, p.17). Isso porque, segundo o autor, Santiago del Estero era uma província cuja maior parte da atividade econômica girava em torno do Estado e de poucos grupos empresariais que dominavam alguns negócios importantes. Como os meios de comunicação faziam parte deles, os projetos jornalísticos acabaram, quase sempre, sujeitos às necessidades e interesses diversos (PICCO, 2012, p.19). Assim, vejamos como o jornal relatou a questão da água na província, para entendermos o fundo de suas narrativas:

La impresionante noticia llegada desde Cerro Rico y que comentamos en nuestra edición de ayer, no es única, no constituye un caso aislado. Es el grito de toda la campaña santiagueña. Sin agua, sin nada para comer, porque todo se ha acabado, sin esperanza de ninguna especie, en los apartados rincones de nuestra provincia, allí donde no llega la obra progresista del riel, miles de personas van debilitándose y pereciendo de sed. Relatos de las heroicas maestras que en cumplimiento de su deber compartieron durante muchos meses las penurias y miserias de las poblaciones campesinas y las cartas que nos llegan de diversos puntos, no dan lugar a dudas sobre el terrible espectáculo que ofrecen esas sencillas poblaciones. Se muere literalmente y los recursos que se prestan son insuficientes (Un grito de angustia llega desde la campaña. Peligran de perecer miles de seres humanos. La Hora. Santiago del Estero, 2 de diciembre de 1937, p.1.)

(...)Agregado a esto tenemos que ni agua hay ya para los pobres que concurren a los consultorios, los cuales tienen que ambular por las casas vecinas en procura del preciado líquido. Esto es desastroso. (Los servicios de nuestro hospital. La Hora, Santiago del Estero, Año XI, nº 3566, 14 de diciembre de 1937, p.3.)

Santa María es una población ubicada en el Departamento Ojo de Agua, y que hoy está sufriendo como ningún año los efectos de la terrible sequía. Los campos están en la más completa desolación, limpios; sin tener una planta de pasto, carentes de agua. Como consecuencia de ello ha entrado toda clase de peste en la hacienda que diariamente se muere en primer lugar por falta de pasto y segundo por la peste. No se dispone de agua suficiente; los pazos existentes se van agotados y los vecinos deben

esperar hasta el día siguiente o sea esperar que la agüita se reúna en la noche para poder dar de beber a los pocos animalitos que todavía resisten a pesar de todos los males. La agricultura, lo poco que se ha podido sembrar está ya perdida por la falta absoluta de lluvias. De modo que al perderse la cosecha y la hacienda que son el único sostén y la única esperanza de la mayor parte de esta población y otras vecinas, numerosas familias obreras se ven en la más completa miseria, sin tener medios de movilidad, por haberse quedado a pie sin disponer de un solo animalito en que levantar el apero a fin de buscar la vida. (El hambre y la miseria azoratarían [sic] a O. De Agua. La Hora, Santiago del Estero, Año XI, nº3573, 23 de diciembre de 1937, p.3.)

A linguagem de *La Hora* era clara, sem água não havia esperança de nenhuma espécie, não existia o que comer. Pessoas ficavam doentes e pereciam de sede. Não havia dúvidas, então, do terrível espetáculo imposto a essas simples populações. Morria-se literalmente e as pessoas tinham que perambular em busca do “precioso líquido”, a água. O sofrimento era maior que em secas anteriores e os campos estavam desolados. As pessoas davam água para os seus animais como podiam e eles resistiam apesar de todos os males. Perdiam-se a colheita e a fazenda, seu sustento, sua única esperança. Famílias trabalhadoras viviam na mais completa miséria. Sem água e sem comida, havia penúria, desolação, um terrível espetáculo, o sofrimento, a terrível seca e, por consequência disso, todos os males existiam. Era, portanto, o grito de toda campanha *santiagoueña*. A situação era desastrosa.

Descrevia o jornal que não existia esperança, vida, sem o “precioso líquido”, o que evidenciava que a água era um elemento atrelado ao desenvolvimento ou ao atraso. Ela era um condicionante da vida *santiagoueña*, ou seja, se existia água havia como prosperar. Percebe-se, nesses argumentos, por vezes, um tom nostálgico, de lamentação e piedade, e essa fala revelava a culpabilização da natureza em relação ao estado em que vivia a população *santiagoueña*. A isso se atrelava a miséria como cenário dessa escassez hídrica. Existia sofrimento, penúria, gente perambulando pelas cidades, desolamento dos campos. O olhar se concentrava na geografia da região, o caos se instalava por isso. Nota-se que as palavras usadas para descrever a seca de 1937, ao fim e ao cabo, tinham na natureza, no clima, no meio, o pano de fundo principal das cenas ali descritas.

Quando *La Hora* narrava ainda a história dos “animaizinhos” que sobreviviam apesar dos pesares, ao colocar essa palavra no diminutivo acabava por criar uma escrita da compaixão, da dor, da piedade, era completa a miséria desses trabalhadores. Todas essas formas enunciativas, cada palavra usada dentro desse contexto, de uma forma específica, faz parte de

toda uma trama discursiva em que se acentuava muito mais uma escrita que podemos chamar “do caos” que questionava outras possibilidades de enfrentamento do período seco.

A representação da busca pela água, da seca como o que é morto, a natureza como infortúnio da vida dessas populações, despolitizava, em certo sentido, a desigualdade social que existia em Santiago, independentemente da seca. Mesmo que houvesse uma tentativa de denúncia da realidade local, a seca/ausência de água, nesse sentido, se tornava condicionante da situação da província, escamoteando, silenciando, as relações de poder em torno desse elemento da natureza. Dessa maneira, podemos inferir que essa visão se insere no que Ernesto Picco entende como preocupação fundamental para os que desejam trazer para o debate os periódicos *santiagueños*, que estavam atrelados aos desmandos de uma política local.

O jornal também esclarece que o pouco que foi possível semear na agricultura estava perdido pela falta de chuvas. Dizia que, a partir disso, ao se perder a colheita e a fazenda, que eram os únicos sustentos e a única esperança da maior parte da população *santiagueña*, inúmeras famílias trabalhadoras estavam na completa miséria. Isso nos mostra que a seca hidrológica, aquela que afeta as reservas de água e, logo, a agricultura, fez parte da dinâmica de 1937 na região, no entanto, desejamos salientar principalmente que esse quadro, por vezes, independia da crise climática.

Tal como explica Mercedes Vargas (2019), a instável presença de água em Santiago del Estero corresponde a múltiplas variáveis, que vão desde os desvios dos canais localizados em províncias limítrofes até a falta de regulação da sua distribuição ou da realização de obras hídricas. Dessa forma, para a autora, o problema da água na província não deve ser considerado somente um assunto relacionado a dimensões relativas as diferenças no que ela chama de “acidentes geográficos”, ou nas variações climáticas e no impacto ecológico de certos processos, mas também a dimensões políticas (VARGAS, 2019, p.148).

De acordo com Cintia Zirino, Santiago del Estero, no século XX, estava articulada por problemas estruturais que justificavam sua pobreza e marginalidade a partir da “crise dos enclaves florestais e a fraca produção agrícola, que continuou a aumentar o fluxo migratório da população em direção às cidades” (2008, p.xv). Mas o que restava no imaginário nacional, de acordo com a autora, era a condição de pobreza e marginalidade da província “ligada ao espaço

geográfico e as características ambientais não favorecidas pela abundância da água” (ZIRINO, 2008, p.1).

Exatamente por compreender essas questões é que desejamos problematizar as narrativas de *La Hora* ao questionarmos a seca como a única variável para a miséria e a pobreza da região *santiagoña*. Alberto Tasso ainda salienta que por volta de 1920, “a agricultura da zona de irrigação tinha uma forte presença de capital privado envolvido com o Estado provincial”, e “este capital subsidiava os custos da irrigação. Os canais beneficiavam os produtores medianos que, em sua maioria, eram imigrantes espanhóis e italianos.” As obras públicas relacionadas a isso “tinham grandes limitações administrativas, além da carência de um número maior de obras” (2000, p.155).

Dito isto, a ideia é que se possa desnaturalizar, ou desfamiliarizar, a linguagem que o periódico *La Hora* usou para tratar da água e da seca, e analisá-la levando em consideração os pressupostos trazidos por Cintia Zirino, Mercedes Vargas e Alberto Tasso. Ou seja, para além de uma visão determinista de uma natureza-problema, ou um espaço-vítima das circunstâncias semiáridas, há uma rede de relações políticas em torno da água, ou mesmo do território-água, em conjunto com as demandas relativas à concentração de terras. Logo, *La Hora*, ao representar a seca e a geografia *santiagoña* como detentoras da razão pela qual a calamidade se instalou em 1937 na província, centrando no tema da água a salvação ou a desordem da vida local, acabou por pormenorizar, nesses trechos, as tramas existentes tanto no campo da significação, como campo das relações de poder.

No caso brasileiro, no jornal local *A Ordem*, de Sobral, no Ceará, o discurso da água esteve atrelado à construção de obras públicas ou mesmo à improdutividade agrícola que a sua escassez provocava. Mesmo que a centralidade seja distinta na narrativa, é possível ver as similitudes no trato com a construção de uma ideia de natureza semiárida.

A Ordem foi editado na cidade de Sobral no Ceará e fundado em 1916 por José Saboya de Albuquerque, “sua publicação foi colocada a cargo do Dr. Plínio Pompeu (diretor), Craveiro Filho (gerente) e Newton Craveiro (redator) e mais um grupo de colaboradores. Circulou até inícios da década de 1940” (LIMA, 2015, p.69). O jornal passou assim a ocupar o lugar de órgão do Partido Republicano Conservador (PRC) de Sobral.

Segundo Jorge Lima, enquanto nas grandes capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo, os periódicos se consolidavam ao se tornarem diários, matutinos e vespertinos, “na zona norte do Ceará era o momento do jornal semanal de quatro páginas, comandado por redatores proprietários que viviam ainda a fase heroica da imprensa” (2018, p. 184). Dada essa condição, podemos inferir, a priori, que por se tratar de um jornal defensor de uma moralidade de fundo conservador, logo ligado a uma elite local, os problemas relativos às questões em torno da terra não serão precisamente evidenciados, ou caso sim, devemos problematizar a quem interessava atingir. Vejamos os casos a seguir em que *A Ordem* abordava o tema da água:

Certo de que a água é o problema primordial das culturas e da criação, a construção de reservatórios e a sua larga distribuição através os vastos sertões do norte cearense virá modificar, num futuro próximo, o grande problema da secca. Este assumpto deve interessar sobremaneira os senhores proprietarios, porque fala bem alto às suas próprias conveniências [sic]. (Varias. Açudes particulares. *A Ordem*, Sobral-Ceará, Ano XIV, n841, 30 de agosto de 1930, p.1.)

Lembramos que seria de muito proveito e de grande melhoramento para esta povoação a tapagem de uma barragem que já foi feita pelos socorros do governo em 1888 e cuja barragem está com o sangrador muito cavado. Uma vez concertada ficará um bom deposito d’água ao pé desta povoação (...) Devido a grande crise que ora atravessamos, estão se dando diversos roubos, tendo-se verificado um no estabelecimento comercial do nosso amigo Gabriel Porfirio Cavalcante. (“SANTO Antonio”, 6 de abril de 1932. Ilamo. Sr. Craveiro Filho. D. Director da ‘*A Ordem*’”. Sobral. Roubo. Construção de obras. *A Ordem*, Sobral-Ceará. Ano XVI, n997, 16 de abril de 1932, p.4)

O sr. José Americo faz uma pausa e prossegue:

- Mas, a própria natureza do Ceará indica a solução dos seus novos destinos: basta fechar os boqueirões. O seu problema é o problema da Água. Basta deter as caudais que nos anos copiosos se escapam pelo solo impermeavel e declivoso dos sertões. E acima de todas as possibilidades, vai dispor, para a cultura irrigada, das incomparaveis reservas que Orós lhe proporcionará [sic]. (O ministro José Américo fala sobre o problema do Nordeste. *A Ordem*, Sobral-Ceará, Ano XVII, n1100, 19 de julho de 1933, p.2.)

Os fragmentos acima apontam as primeiras reflexões possíveis sobre o discurso da seca: a água e as obras públicas e a água como sinônimo de progresso. Observe-se que no caso do Ceará, não que não tivesse havido no caso argentino, o tema das construções de açudes e poços é muito evidente. Isso porque há uma diferença importante para o caso do semiárido do Nordeste brasileiro. É sabido que principalmente após a criação de um órgão para pensar a seca na região, a chamada Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, a qual no contexto

de 1932 se chamava Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), a utilização de certas narrativas era importante para que se conseguisse o envio de verbas para as obras de combate à seca. É certo que, nesse aspecto, muitas das falas de jornais da época desejavam atingir a IFOCS, ou o governo federal, de modo a sensibilizá-los para o envio de recursos para as regiões secas.

A política hidráulica ganha uma centralidade apelativa, ao longo do tempo, que podia silenciar demandas de desvios de recursos, ou mesmo da barganha política existente em torno da água para os detentores de terra e de açudes. Uma elite local já sabia dos benefícios dessas obras, desde o século XIX, precisamente quando a seca de 1877 passa a ser um meio para elite do Norte se fazer ouvir.

Um dos fragmentos deixava claro: “certo de que a água é o problema primordial das culturas e da criação”, a ideia era que fossem construídos reservatórios para modificar o futuro problema da seca. Em seguida, demandava-se o melhoramento de uma barragem que havia sido iniciada em 1888. Logo, tal fato demonstra que a preocupação com o combate às secas era bastante antiga e, como o trecho revelava, certas obras não mitigavam a situação da população nem o abastecimento de água ao longo de vários contextos. Havia ainda açudes que demoravam anos para serem finalizados, o que reforça o fato de a seca/ausência de água ser uma questão política, e não só climática.

José Américo de Almeida, ministro da Viação e Obras Públicas, ministério ao qual a IFOCS estava vinculada, dizia na reportagem acima que o problema do Ceará era o problema de água. Ao pensarmos nas narrativas em torno desse elemento da natureza e da própria geografia semiárida, a pergunta que deve ser feita é: Se a água existia, para quem ela chegava? A quem interessava fazer crer que os sertanejos não entendessem o uso da barganha política que a seca revelava?

Suely Chacon propõe que possamos analisar a existência de uma série de conflitos e manipulações políticas relacionadas à água e os “impactos das políticas públicas que ora se esquecem, ora se lembram desse lugar, conforme seus próprios interesses.” (2007, p. 31). A *Ordem*, portanto, não estaria fora desse debate, tampouco José Américo de Almeida, o conhecido “ministro do Norte”, que há muito refletia sobre os problemas dos sertões, antes mesmo de ocupar esse cargo no contexto da presidência de Getúlio Vargas. Tratada como uma

questão meramente técnica, por meio dos engenheiros da IFOCS, a seca não ultrapassava o debate de construção de obras, que, como vimos, fez parte da trama política a ela pertencente. Logo, a criação de açudes e estradas se tornaram fontes “de recursos ilícitos em que amplas possibilidades de super-faturamento ou irregularidades eram abertas pela falta de infra-estrutura de fiscalização” (NEVES, 2001, p. 126).

Existia nessa época uma máxima importante de que sem água não havia civilização, como explica José Campos (2014). Tal noção levou o Brasil a adotar também o discurso da fase hidráulica da solução e isso significava “uma política de aumento da oferta de água” (CAMPOS, 2014, p.78) e por outro lado a adotar a fase da solução hidráulica. Essa segunda ideia, ao fim, no campo da narrativa política, acabou por se tornar a única solução para os problemas das secas e do atraso regional, o que justificava a construção das barragens (CAMPOS, 2014, p.78). Os discursos também acabavam por minimizar ou silenciar o problema estrutural da concentração de água nas mãos de uma elite local, o que tornava, em realidade, “difícil acesso ao açude público” (REBOUÇAS, 1997, p. 137) por parte dos sertanejos mais pobres.

Assim, a linguagem utilizada em *A Ordem* legitimava práticas e poderes que perpassavam a história dos semiáridos do Ceará. Ela também é mais um exemplo de que a seca, atrelada a um espaço-vítima, foi “um argumento político quase irrefutável para conseguir recursos, obras e outras benesses que seriam monopolizadas pelas elites dominantes locais.” (SILVA, 2003, p.362). Como explica Ab’Sáber, a seca dos sertões nordestinos entendida isoladamente “não tem força para explicar as razões do grande drama dos grupos humanos que ali habitam.” (1999, p. 7).

É nesse sentido também que outra questão se faz fundamental para desnaturalizarmos a narrativa de *A Ordem*, ao destacar o fato de que era a ausência de água – ou a seca – que levava o sertanejo a um “estado de barbárie”. Dizia a notícia acima que os sertanejos assaltaram o “estabelecimento comercial do nosso amigo Gabriel Porfírio Cavalcante” devido à grande crise. Uma fala pontual, porém, significativa, porque expressava o modo como se entendiam as populações dos sertões ainda na década de 1930. Tal narrativa fazia parte da construção de um olhar sobre essas áreas e era um dos argumentos-chave para os investimentos nas obras. *A Ordem* cumpria também o lugar de propagador de um discurso de que a natureza semiárida, a

ausência de água, levava o sertanejo a ter certos tipos de comportamento. O que estava em questão, na realidade, era um sentimento de pena ligado ao “temor da invasão de ‘hordas’ que poderiam, a qualquer momento, invadir as áreas mais abastadas, cometendo todo tipo de crimes, desde saques até a antropofagia, ameaçando a saúde e a moral das famílias com seus corpos ‘nus’.” (LUCCHESI, 2016, p. 53).

Albuquerque Júnior (2012, p.116-117), ao problematizar as imagens construídas sobre as populações do Nordeste brasileiro, cita o caso da criação de uma ideia de que o nordestino tem seu corpo e sua mente figurados na paisagem desolada, rude. Seria então, sobretudo o sertanejo, um “homem-cacto”, um “homem-caatinga”, e por isso um ser humano seco, sofrido e próximo à natureza. Essa noção justifica o fato de *A Ordem* assimilar e condicionar o sertanejo, esse homem que se confunde com a natureza áspera e cruel, a uma atitude “incivilizada” e “bárbara” em meio a uma seca.

Essa visão fatalista criou todo um imaginário em torno da seca no qual a escassez de água ocupava espaço importante e era detentora do estado de caos e desordem dos semiáridos cearenses. Além disso, a natureza era determinante das atitudes das populações dos sertões, como se seus atos fossem causados pela seca e não pela desigualdade social e pela pobreza, que existe independentemente do clima. Logo, era como se os sertanejos não tivessem consciência crítica do contexto em que viviam, como se fossem meras massas de manobra dos acontecimentos.

Em realidade, como analisa Neves (2001), as populações dos sertões souberam utilizar o espaço público para reivindicação. Ocupavam as obras, o entorno dos açudes, ou saqueavam armazéns e estabelecimentos comerciais. Por isso, o autor explica que a seca de 1932 revelava agora uma questão fundamental: “um novo relacionamento entre retirantes, governantes e habitantes das cidades se tornava o centro de uma série de atitudes com relação aos miseráveis em momentos de escassez, quando uma legitimidade social era atribuída às ações coletivas que as multidões de retirantes já começavam a empreender.” (NEVES, 2001, p. 109).

Ainda mais, era preciso controlar essa gente. As obras públicas realizadas na seca de 1932 também desejavam manter os retirantes em intenso trabalho, para que não reivindicassem ou mesmo medicassem, desimanassem a pobreza, a miséria e a ociosidade, ou mesmo promiscuidades, palavras comuns utilizadas nas secas anteriores, como também nesta, para

tratar do comportamento da população local. Controlar os braços e corpos sertanejos fazia parte da dinâmica desse contexto e, como explica Neves, para que esse controle ocorresse, houve a criação de vagas “artificiais” de trabalho “destinadas a “ocupar” uma mão-de-obra desmobilizada num momento de crise.” (NEVES, 2001, p.112)

Podemos também questionar a ideia de combate à seca, comum ao período, que situa uma separação entre o mundo natural e o ser humano, atravessada pelo determinismo geográfico (em Santiago del Estero, mesmo que de outra maneira, também existia a ideia de combater “o mal” da seca). Ao combater e não ao conviver com os semiáridos e seus climas, a natureza se tornava mero cenário dos acontecimentos e não agente dos processos históricos. A IFOCS, que já tinha em sua sigla a definição “contra as secas” conjugada, “as obras” reflete, por um lado, que somente as obras públicas poderiam solucionar os problemas evidentes da fome, das migrações e das mortes ocorridas em períodos secos, e, por outro, desejava combater a seca vista como o “mal”, o “desalento”, o motivo da tragédia imposta aos sertões. Novamente, reiteramos que tais noções estão relacionadas ao determinismo geográfico e, intrinsicamente, aos desmandos políticos e às relações de poder que permeiam os sertões. Logo, nenhum discurso está separado da materialidade concreta e do campo das lutas sociais.

Vale mencionar outra reportagem de *La Hora*, que tem semelhança com aquelas narradas pelo jornal cearense *A Ordem*, no que diz respeito à população local, para elucidar o caso argentino:

Ahora va a tener que intentar un nuevo esfuerzo o dar al asunto un plan de mayor enjundia que tienda a su solución y va a tener que abarcar también la provisión de agua a las poblaciones que carecen de ella. Ya ha iniciado esta parte de su nueva tarea consiguiendo que los Ferrocarriles del Estado lleven mayor cantidad de tanques para que las poblaciones del chaco santiagueño no tengan que asaltar los trenes como suelen hacerlo en los momentos en que carecen por completo de agua. En fin, mayor buena voluntad no se puede dar que esta queda exteriorizada por una completa vigilancia sobre los contratiempos que pasan las poblaciones de campaña. (El Gobierno y el problema de la sequía. *La Hora*, Año XI, n° 3494, Santiago del Estero, 16 de septiembre de 1937, p.3.)

Neste fragmento, o periódico pedia que houvesse um maior esforço ou um plano maior que atendesse e cobrisse o fornecimento de água para as populações que não a possuíam. Dizia que já se havia iniciado essa nova tarefa, conseguindo que as ferrovias levassem uma maior quantidade de tanques de água para os *santiagueños* do chaco, para que não atacassem os trens,

como costumavam fazer nos momentos em que estavam completamente sem água. Era preciso uma vigilância total sobre os contratempos que passavam as populações da campanha.

É importante considerar aquilo que Alberto Tasso (2000) explica como um ponto fundamental para a província *santiagoña*: é necessário entender a água incorporada na cultura da sociedade. Isso excede apenas a uma solução técnica, projetando-se para disposições e sentimentos individuais e coletivos. É fundamental, para o autor, situar a questão da água no “contexto sociocultural das formas de vida e o problema requer, não menos que uma análise de suas implicações agrônômicas, sociais e econômicas, em uma consideração antropológica” (TASSO, 2000, p.146). Para Tasso, em Santiago del Estero, “se observa uma forte sensibilidade em relação à presença ou ausência de água: abundante, normal, ou escassa, a água encarna”, segundo o autor, “o nó da sobrevivência” (2011, p. 18). Ainda mais, “definida por muitas gerações como um problema, a água e as formas de manejá-la estão presentes na economia e na cultura da região; por conseguinte, nos discursos locais” (TASSO, 2011, p.18).

Quando *La Hora* narra as cenas de pessoas que roubavam ou atacavam os trens para obter a água e era necessário que houvesse vigilância, fica claro que devemos pensar essa conjuntura a partir das considerações de Alberto Tasso. São discursos que, no campo da prática, estão sempre ligados a um cenário caótico e estritamente relacionado às relações sociais diversas que compõem as dependências entre os grandes proprietários e os pequenos produtores (os mais atingidos com uma seca, ou mesmo fora dela).

Essa narrativa se assemelha àquela que vimos acima sobre a população sertaneja do Ceará, em que a natureza, novamente, era culpada pela forma como as pessoas agiam. Por que não podemos dizer, tal como propõe Albuquerque Júnior para o caso do Nordeste brasileiro, que a população *santiagoña* não se acabara, ao menos nessa narrativa, assemelhada à natureza dura, áspera, seca, dos solos salinos da região? Ou mesmo podemos compará-la ao “homem-cacto” sertanejo que parece emergir na narrativa de *La Hora* sob a ótica da necessidade de controle dos corpos *santiagoños*? O que implica pensarmos na simbiose existente entre o homem e a terra, que justificativa suas atitudes “incivilizadas” em meio à calamidade de 1937.

Outra questão também nos interessa particularmente: tanto os cearenses quanto os *santiagoños* souberam protestar em meio às calamidades. Isso porque acreditamos que essa postura dos saques aos trens foi uma tomada de posição dessas populações nesse contexto, e

não um estado de “barbárie” e de “incivilidade” condicionados por uma crise climática. Alberto Tasso (2000) mostra o exemplo das mobilizações já ocorridas anteriormente por agricultores da região nos anos 1920. O autor explica que essas manifestações diziam respeito ao descontentamento por parte da população local em relação à distribuição de água para irrigação que “favorecia grandes proprietários ou só os partidários do governo à época” (2000, p. 157). Isso demonstra que os saques também podem revelar outra maneira de reivindicação e de se valer perceber em meio a seca de 1937.

Nesse sentido, Alberto Tasso (2011) analisa que a história local *santiagoense* deve ser vista por meio das relações estabelecidas “entre o controle da terra e da água, as alianças horizontais e verticais existentes e as migrações como reguladoras do sistema socio-produtivo”. Ele explica a importância de se entender a forma como a seca foi analisada pela imprensa da época, pois nos ajuda “a compreender o clima de ideias e sensibilidades em um contexto internacional e nacional que se expressava em desemprego, seca, fome e migração do campo para a cidade” (TASSO, 2011, p.19), nos anos 1930. Fatores esses que também fizeram parte do panorama da seca de 1932 no Ceará.

Tasso (2000) salienta ainda o que ele define como uma “possível maneira hiperbólica” que poderia ser gerada a partir de uma indispensabilidade de controlar o clima em Santiago del Estero. Daí a necessidade de uma política pública que viesse “assegurar que a água existiria, para quem ela iria e em que quantidade ela chegaria até a população”, ressalta o autor. Ele mesmo aponta o que desejamos evidenciar neste trabalho: a questão hídrica, por conseguinte o acesso à água, “reflete as desigualdades na distribuição dos recursos, porque ela está diretamente relacionada aos que detém terras.” (TASSO, 2000, p.146).

Encontramos, nesse aspecto, mais uma similaridade com o caso brasileiro, que é a concentração da água pelos proprietários de terra. Alberto Tasso analisa que com a seca de 1937, passou-se “a perceber a insuficiência do sistema de irrigação e os atrasos do Estado em enfrentar as obras de canalização e distribuição de água, previstas há anos na província” (2003-2004, p.121). Com elas, aumentou-se a produção agrícola, mas, segundo Tasso, “criou-se um mercado de água, delineado entre posições diferentes de influência social e poder econômico, entre o proprietário e aquele ocupante sem títulos, aquele que obteve o direito de residência na terra de seu empregador em troca de eventual emprego.” (2003-2004, p.119)

Desta feita, tanto na Argentina quanto no Brasil, percebemos a redução da problematização da questão da água em regiões de seca, como o Ceará e Santiago del Estero, em diversas narrativas. Se partimos da premissa de que devemos pensar nos elementos da natureza em uma relação água-território, a água como elemento da vida não pode ser reduzida a uma questão meramente técnica, ou a um “problema” de uma natureza semiárida, como também deve ser analisada considerando as disputas de poder em torno dos recursos naturais.

Porto-Gonçalves (2005) explica que devemos considerar o fator crucial relativo à doutrina jurídica quando falamos do tema água no mundo globalizado (que acreditamos ter um fundo histórico de longa duração no caso dos semiáridos latino-americanos). Segundo o autor, “não há grande tradição de apropriação privada de recursos que são fluidos, líquidos, cujos limites não são tão claros e distintos, como é a terra, cuja tradição jurídica está ancorada no Direito Romano.” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 135).

Deparamo-nos com a raiz da dificuldade em torno da água, pois, como vimos, no caso dos semiáridos, tanto da Argentina como do Brasil, incorrem ainda as barganhas e o uso desse elemento da natureza concentrado em propriedades privadas. Assim que se criou em, Santiago del Estero, o que o autor Alberto Tasso chamou de “mercado de água”, sendo que no Brasil também podemos dizer que inserido na indústria da seca está também um “mercado de água”. Por isso, torna-se mais latente o debate em torno dessa questão, pois, como mostrado, as narrativas acabam por creditar à natureza o problema de uma possível ausência de água. Essa maneira de estereotipar os semiáridos agrava o que podemos chamar de uma injustiça ambiental.

Dentro do que Porto-Gonçalves (2005) debate sobre os problemas atuais em torno da água, e acreditamos ser fundamental para o caso dos semiáridos ao longo de séculos, devemos considerar que “a análise da água requer, o tempo todo, que se a considere na sua geograficidade, isto é, na inscrição concreta da sociedade na sua geografia, com as suas diferentes escalas local, regional, nacional e mundial imbricadas num processo complexo de articulação ecológico e político.” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.143).

Aldo Rebouças analisa que o tema “deve abranger também os inter-relacionamentos entre os seus recursos hídricos com as demais peculiaridades geoambientais e sócio-culturais, tendo em vista alcançar e garantir a qualidade de vida da sociedade.” (REBOUÇAS, 1997,

p.127). Rebouças ainda reflete que “água é vida, água elemento vital, água purificadora, água recurso renovável, são alguns dos significados referidos em diferentes mitologias, religiões, povos e culturas, em todas as épocas.” (REBOUÇAS, 1997, p.127). Ainda, o autor explica que “os ciclos de energia física, química e biológica que engendram ou conservam as diferentes formas de vida nos ecossistemas naturais da Terra, em geral, e nos contextos antrópicos, em particular, estão intimamente ligados ao ciclo das águas.” No entanto, segundo Rebouças, “a ocorrência de secas ou enchentes em área onde não mora ninguém ou que não constitui objeto de vantagens socio-econômicas e políticas não passa de um fenômeno físico.” (1997, p.127).

Esse deve ser o ponto crucial quando se quer problematizar a naturalização do discurso da água, como visto nos periódicos brasileiros e argentinos. A questão física não explica a origem do problema em torno da obtenção da água, ou mesmo de como as populações cearenses e *santiagoñas* lidam com esse elemento da natureza. Desejamos, portanto, recusar “o determinismo físico-climático que tem servido de justificativa à cultura da crise da água no Mundo.” (REBOUÇAS, 1997, p.127).

Considerações finais

Que bem maior que o homem é a Terra
A Terra e seu arredor
Que encerra a vida aqui na Terra, não se encerra
A vida, coisa maior
Que não existe onde não existe água (...)
(Lenine, Quede Água, 2015.)

A proposta deste artigo foi refletir como a questão da água coloca em xeque narrativas e silenciamentos em torno dessa temática. Ler os fragmentos dos periódicos brasileiros e argentinos sem pensar nas conjunturas e nas configurações sociais existentes no Ceará e em Santiago del Estero cristaliza a compreensão sobre essas áreas, em que o campo de disputa territorial e em torno dos elementos da natureza, como a água, é um ponto central. É comum naturalizar a desigualdade social apenas pelo fator climático, o que empobrece e dificulta uma visão ampla e real de análise.

Como analisa Barros, o desafio de todo historiador que lida com jornais é “decifrar os interesses que estão por trás do escrito, as visões de mundo e posições sociais que os conforma,

as demandas sociais, políticas e econômica às quais os textos atendem”, ainda mais “a possibilidade de sentido que os textos oferecem, e as diferentes interpretações que eles autorizam” (BARROS, 2019, p.17-18). Eis o que pretendemos trazer como análise em torno dos semiáridos, ao ultrapassarmos, tal como coloca Barros (2019, p.25), “o senso comum e a familiaridade” com que o tema da água (por conseguinte, neste caso, da seca) nos foi descrito em *La Hora e A Ordem*.

Tanto no Brasil quanto na Argentina, a convivência com o semiárido já vem sendo um tema em debate e está na ordem do dia. A pergunta que deve ser feita é: por que ainda vemos atualmente esses territórios como se a água não existisse e como se não fosse possível conviver com a natureza? O discurso construído ao longo dos séculos também faz com que essa visão prevaleça. Há toda uma criação de narrativas, encarnada nas disputas políticas que se perpetuaram ao longo dos processos formativos desses países, no que diz respeito também às áreas semiáridas e suas geografias locais. Logo, já é sabido que há quem detenha o controle da água e que esta é má distribuída. Ou mesmo, é importante refletir como as políticas públicas não foram eficazes nesses espaços, demonstrando a ampla dificuldade de obtenção de água, principalmente em períodos de seca.

O que desejamos inferir, a partir dessas proposições, é que houve uma lógica enunciativa ao se tratar dos temas da água, da irrigação, das obras públicas e dos açudes, nos jornais aqui mencionados nos contextos cearenses e *santiagoños* da década de 1930. A seca como reveladora de uma situação-limite em que é posta a população semiárida, ao ser narrada, expressa posições, poderes, relações políticas, sociais, mas também todo um simbolismo que pode mascarar o que de fato recai sobre Santiago del Estero e/ou o Ceará quando uma estiagem prolongada acomete essas áreas. É como explicam Adolfo Albán e José Rosero Morales, “*la naturaleza como régimen de representación se constituye en un campo de lucha epistémico-política.*” (2016, p.30).

No caso de Santiago del Estero, é importante considerar aquilo que Tasso (2000, p. 156) nos convida a pensar: por trás da irrigação se revelava a estrutura de dominação surgida desde o começo da expansão agrária. Os grandes proprietários que haviam construído suas próprias “acequias” (canal que conduz a água para irrigação) estabeleceram simultaneamente uma fonte

de poder perdurável, baseada no controle de um recurso natural muito mais importante que a terra, dadas as condições ecológicas em que se desenvolvia a agricultura *santiagoueña*.

No que diz respeito aos sertões, havia financiamento para a construção de açudes particulares, mas a distribuição acabava sendo feita, por vezes, aos partidários de certo grupo, o que explica o problema da concentração e distribuição da água no contexto de 1932. Todo esse aparato em torno da seca deu origem a um aparelhamento montado estrategicamente para combatê-la e que foi chamado, posteriormente, como já mencionado, de indústria da seca. Esse ponto, em comparação ao Noroeste da Argentina e, em específico, a Santiago del Estero, é consideravelmente distinto.

No Nordeste brasileiro e no Ceará, a seca se tornou um negócio rentável, como dito, para uma elite local e foi alvo de barganhas políticas ao longo de diversos momentos históricos. Dentro disso, os semiáridos do Nordeste brasileiro se tornaram um caso singular pela construção de toda uma narrativa sobre a seca que legitimou uma visão de uma região pobre, que necessitava sempre da ajuda e da tutela do Estado para progredir. O que levou a uma ideia ainda mais consolidada, em âmbito nacional, de que a natureza era a causadora das desigualdades sociais existentes e do nível de pobreza em que viviam essas populações, como o exemplo do contexto da seca de 1932 (mesmo que já naquele período houvesse vertentes que contestassem essa noção simplista que não considerava as relações de poder existentes por trás desse tipo de discurso).

Como explica Albuquerque Júnior (2012, p.108), o discurso da seca foi explicativo para todos os problemas da região, o que escondia a concentração da propriedade, as condições de trabalho e as modalidades de relações de trabalho ali existentes. Santiago del Estero não foi vista dessa mesma maneira, porém, apesar de não haver um discurso da seca, a ausência do trato do tema também revela as mesmas condições de silenciamento em torno das relações de poder e de mando no que se refere à propriedade da terra e às relações de trabalho na província. São esses os caminhos comuns que unem esses semiáridos latino-americanos, como os mostrados neste artigo.

Gostaríamos, por fim, de fazer o mesmo convite que Porto-Gonçalves (2005) realizou em toda sua trajetória de pesquisador: levarmos em consideração que, à parte da racionalidade em torno da natureza proferida pelo mundo moderno/colonial, é possível encontrarmos as

múltiplas experiências realizadas pelos povos ao longo da história. São diversos os exemplos: com os povos árabes e sua tradição de convivência com a água em áreas desérticas e semiáridas, ou mesmo “os chineses, hindus, os maias e os aztecas, que chegaram a ser chamados pelos historiadores de civilizações do regadio”. E como não dizer dos próprios sertanejos do Nordeste brasileiro, que “desenvolveram toda uma sabedoria que vai da previsão do tempo, que mereceu, inclusive, a atenção da NASA pelo seu elevado índice de precisão.” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.144).

Tudo isso nos mostra que não podemos “desperdiçar, mais uma vez, por preconceito, a diversidade de experiências que a humanidade desenvolveu, como é característico do etnocentrismo ocidental” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.144). Não faltarão, como nos diz Porto-Gonçalves (2005, p.144), as múltiplas soluções dadas por homens e mulheres que têm colocado em xeque o mundo como ele se encontra e que, com as suas lutas, nos oferecem outros mundos necessários. Que possamos, assim, a partir disso, falarmos de um semiárido vivo e de múltiplas possibilidades de existências plurais.

Referências Bibliográficas

- AB’SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Dossiê Nordeste Seco. **Revista Estudos Avançados** 13 (36), São Paulo, pp.7-59, 1999.
- ALBÁN A., Adolfo y ROSERO MORALES, José Rafael: Colonialidad de la naturaleza: ¿imposición tecnológica y usurpación epistémica? Interculturalidad, desarrollo y re-existencia. **Nómadas**, 45, pp.27-41, 2016.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado** (ensaios de teoria da história). Curitiba: Editora Appris, 2019.
- _____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. 2 ed. – São Paulo: Cortez (Preconceitos; v.3), 2012.
- _____. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. In: **XIII Encontro de História da ANPUH-Rio**, Seropédica/RJ. Identidades, pp.1-12, 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Paisagens e problemas do Brasil**. (Aspectos da vida rural brasileira frente a industrialização e ao crescimento econômico). 5 a Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- ARCE, Marcela. La Hora: Memorias del olvido. **Revista Segundo. Santiago del Estero**, 20 de junho de 2018. Disponível em: <<http://ww.revistasegundo.unse.edu.ar/la-hora-memorias-del->

- olvido/>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.
- CAMPOS, José Nilson B. Secas e políticas públicas: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, 28 (82), pp.65-88, 2014.
- CASTIGLIONE, José F. L. **El periodismo en Santiago del Estero**. Santiago del Estero: Fundación Castiglione, 2. ed, 1983.
- CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais: a criação do terceiro mundo**. Tradução de Alexandre Barbosa Sousa. – São Paulo: Veneta, 2022.
- ESCOBAR, Arturo. “Depois da Natureza Passos para uma Ecología Política Antiessencialista”. In: ALIMONDA, Hector e PARREIRA, Clélia (orgs). **Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas**. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005, pp.17-64.
- LIMA, Jorge Luiz Ferreira. **Cultura letrada e caminhos da memória: intelectuais, leitura, imprensa e memória na zona norte do Ceará (1870-1890, 1920-1932, 1984-2003)**. Tese de Doutorado (UFC), Ceará, 2018.
- _____. Espectros de lutadores: história, memória e imprensa em Sobral/CE no início do século. **Outros Tempos**, v. 13, n. 21, pp.65-83, 2015.
- LOURENÇO, Daniel Braga. **Qual o valor da natureza?** Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- LUCCHESI, Fernanda. As obras contra as secas e a interiorização da burocracia: A ação dos DNOCS no sertão da Paraíba. **REA**, nº 2, pp.51-59, 2016.
- MELO, Leda Agnes Simões de. “O nacional e regional no Brasil e na Argentina dos anos 1930: Os discursos em torno das secas dos semiáridos do Ceará e de Santiago del Estero.” In: SILVA, Ana Paula Barcelos da; TERRA, Paulo Cruz; PEREIRA, Ana Carolina Huguenin. (Org.). **Narrativas de formação da nacionalidade**. Nação, identidade e memória no Brasil e na Ibero-América (do século XIX ao XX). 1ed. Rio de Janeiro: Maud X, 2020, p. 99-152.
- _____. **A seca como questão política e social: os discursos em torno dos semiáridos do Brasil e da Argentina a partir dos casos do Ceará e de Santiago del Estero**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.
- NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 107-131, 2001.
- PICCO, Ernesto. **Medios, política y poder (1859-2012)**. Santiago del Estero: el autor, 2012.
- PONTES, Emilio Tarlis Mendes. **A convivência com o semiárido no contexto sulamericano: segurança hídrica em Afogados da Ingazeira (Pernambuco, Brasil) e Graneros (Tucumán, Argentina)**. Tese (doutorado) -Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2014.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “Água não se Nega a Ninguém (A necessidade de ouvir outras vozes).” In: ALIMONDA, Hector e PARREIRA, Clélia (orgs). **Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas**. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005, pp.115-144.
- REBOUÇAS, Aldo da C. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. **Estudos Avançados** 11 (29), pp.127-154, 1997.
- ROMERO CABALLERO, B. La colonialidad de la naturaleza. Visualizaciones y contra-visualizaciones decoloniales para sostener la vida [artículo en línea] **Extravío. Revista electrónica de literatura comparada** 8. Universitat de València, pp.1-20, 2015. Disponível em: <http://www.uv.es/extravio>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido, **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, pp. 361-385, 2003.
- TASSO, Alberto. La protesta del agua. Una movilización de agricultores santiagueños en 1926. **Sociohistórica**, nro. 7, pp. 145-180, 2000.
- _____. La sequía de 1937 en Santiago del Estero. Antecedentes y consecuencias de un acontecimiento ambiental. **Trabajo y Sociedad**, Núm.17, Santiago del Estero, Argentina, pp.17-39, 2011.
- _____. Un caso de expansión agraria capitalista seguido por depresión. Santiago del Estero, 1870-1940. **POBLACIÓN Y SOCIEDAD**, nº 10/11, pp. 109-136, 2003-2004.
- _____. **Historia testimonial Argentina**. Documentos vivos de nuestro pasado. Historia de ciudades Santiago del Estero. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina S.A, 1984.
- VARGAS, M. Agua para un pueblo sediento. Analizando las narrativas en torno a la demanda de agua y obras hídricas antes y durante el primer peronismo (Santiago del Estero 1937-1952). **Revista de Estudios Sociales Contemporáneos**, Nº 20, IMESC-IDEHESI/CONICET, Universidad Nacional de Cuyo, pp. 146-171, 2019.
- ZIRINO, Cintia Romina. **Características de la estructura agraria en Santiago del Estero durante la década de 1940: Hacia una historia social del campesinado**. Tesis en Licenciatura de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires en Historia, 2008.

Fontes:

- El Gobierno y el problema de la sequía. **La Hora**, Año XI, nº 3494, Santiago del Estero, 16 de septiembre de 1937.
- El hambre y la miseria azoratarían a O. De Agua. **La Hora**, Santiago del Estero, Año XI, nº3573, 23 de diciembre de 1937.
- Los servicios de nuestro hospital. **La Hora**, Santiago del Estero, Año XI, nº 3566, 14 de diciembre de 1937.
- O ministro José Américo fala sobre o problema do Nordeste. **A Ordem**, Sobral-Ceará, Ano XVII, n1100, 19 de julho de 1933.

“SANTO Antonio”, 6 de abril de 1932. Ilamo. Sr. Craveiro Filho. D. Director da ‘A Ordem’”.
SOBRAL. Roubo. Construção de obras. **A Ordem**, Sobral-Ceará. Ano XVI, n997, 16 de abril de 1932.

Un grito de angustia llega desde la campaña. Peligran de perecer miles de seres humanos. **La Hora**, Santiago del Estero, 2 de diciembre de 1937.

Varias. Açudes particulares. **A Ordem**, Sobral-Ceará, Ano XIV, n841, 30 de agosto de 1930.